ITR COMÉRCIO DE PNEUS E PEÇAS S.A.

CNPJ nº 15.426.874/0001-82.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.670	49.912
Contas a receber de clientes	8	160.009	78.133
Contas a receber de clientes partes relacionadas	8 e 17	–	29
Estoques	9	69.859	52.548
Impostos a recuperar	10	2.391	1.702
Adiantamento a fornecedores	12	164	815
Outras contas a receber		3.761	942
		239.854	184.081
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2.696	1.566
Depósitos judiciais	18	–	1
Investimentos		2.890	–
Imobilizado	13	5.765	1.492
Intangível		567	–
Direito de uso de bens em arrendamento	24	14.166	13.814
		26.084	16.873
		265.938	200.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	14	7.024	4.517
Fornecedores partes relacionadas	14 e 17	42.886	3.216
Empréstimos e financiamentos	15	38.463	20.105
Impostos e contribuições a recolher		2.802	1.891
Salários e férias a pagar		2.162	2.848
Adiantamento de clientes		754	324
Arrendamentos a pagar	24	2.845	1.986
Instrumentos financeiros derivativos	16	2.184	–
Dividendos a pagar		1.445	–
Outras contas a pagar		1.866	1.347
		102.431	36.234
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	123.760	139.661
Arrendamentos a pagar	24	10.414	9.894
Impostos e contribuições a recolher		1.035	625
Provisão para contingências	18	35	35
		135.244	150.215
Patrimônio líquido	19		
Capital social		13.676	11.676
Reservas de lucros		14.587	2.829
		28.263	14.505
		265.938	200.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	20	630.590	391.976
Custo das vendas	21	(495.290)	(309.351)
Lucro bruto		135.300	82.625
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas de vendas	21	(25.318)	(29.037)
Despesas administrativas e gerais	21	(49.521)	(30.249)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.127	1.289
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		61.588	24.628
Receitas financeiras	22	2.347	1.228
Despesas financeiras	22	(45.393)	(10.705)
Variação cambial, líquida	22	1	(1)
Despesas financeiras, líquidas		(43.045)	(9.478)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		18.543	15.150
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(4.470)	(4.745)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.130	(1.692)
Lucro líquido do exercício		15.203	8.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Combinado	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**15.203**	**8.713**
Resultado Abrangente Total do Exercício		
Atribuído a:		
Acionistas da Companhia	15.203	8.713
Participação dos Não Controladores	0	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Reserva de lucro: Reserva legal	Reserva de lucro: Reserva especial para dividendos mínimos obrigatórios	Reserva de lucro: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	11.676	–	–	(4.222)	–	7.454
Resultado do Exercício:						
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	8.713	8.713
Constituição de reserva para dividendo mínimo obrigatório	–	–	822	–	(822)	–
Constituição de reserva legal	–	435	–	–	(435)	–
Transação de capital com sócios:						
Pagamento de juros sobre capital próprio					(1.662)	(1.662)
Transferência para reserva de retenção de lucros				5.794	(5.794)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.676	435	822	1.572	–	14.505
Resultado do exercício:						
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	15.203	15.203
Aumento de capital social	2.000	–	–	–	(2.000)	–
Constituição de reserva legal	–	755	–	–	(755)	–
Transação de capital com sócios:						
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	(822)	–	(623)	(1.445)
Transferência para reserva de retenção de lucros	–	–	–	11.825	(11.825)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.676	1.190	–	13.397	–	28.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Combinado	
	2022	2021
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(46.242)	45.042
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	49.912	4.870
No fim do período	3.670	49.912
Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	(46.242)	45.042

A Companhia não realizou transações provenientes das atividades de investimento e operacionais que não impactaram caixa, exceto o registro de novos contratos de arrendamento mercantil contratado no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 3.506 (em 2021 R$ 11.766) conforme apresentado na Nota explicativa nº 24.

	2022	2021
Receitas		
Vendas brutas de produtos	633.751	393.338
Outras receitas	1.127	1.289
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.953)	(1.364)
	631.925	393.263
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo das mercadorias	(495.290)	(309.351)
Despesas com fretes e armazenagem	(12.225)	(13.354)
Despesas com comissões	(10.277)	(9.198)
Despesas com serviços de terceiros	(8.914)	(3.046)
Despesas com publicidade	(915)	(277)
Despesas com serviços corporativos	(17.454)	(14.748)
Despesas com viagens	(1.660)	(468)
Despesas com garantia	(317)	(115)
Outras despesas	(3.304)	(7.048)
	(550.796)	(357.789)
Valor adicionado bruto	81.129	35.474
Depreciação e amortização	(3.505)	(1.325)
Valor adicionado líquido produzido	77.624	34.149
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.347	1.228
Valor adicionado total a distribuir	79.971	35.377
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	4.748	3.395
Pessoal - benefícios	5.629	4.320
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	3.340	6.437
Estaduais	3.161	1.362
Juros, tarifas e variações cambiais	45.392	10.706
Aluguéis	2.498	444
Lucros retido do exercício	15.203	8.713
Valor adicionado distribuído	79.971	35.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Combinado 2022	Combinado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		18.543	15.150
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	13	587	131
Amortização arrendamento de bens	24	3.154	1.195
Provisão para devedores duvidosos (constituição e reversão)		2.953	1.364
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	15	33.659	7.296
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) no contas a receber de clientes	8	(84.800)	(53.380)
Redução (aumento) em estoques	9	(17.311)	(33.574)
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	12	651	1.648
Redução (aumento) em depósitos judiciais	18	1	(1)
Redução (aumento) em outras contas a receber		(5.709)	(942)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	10	(689)	(563)
(Redução) aumento em fornecedores	14	42.177	964
(Redução) aumento em obrigações fiscais e tributárias		1.321	2.302
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		(686)	2.529
(Redução) aumento em adiantamento de clientes		430	(1.070)
(Redução) aumento em arrendamentos a pagar	24	(2.127)	(3.228)
(Redução) aumento em outras contas a pagar		2.816	1.235
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	15	(32.809)	(6.975)
Imposto de renda e contribuição social pagos	11	(4.470)	(4.745)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(40.977)	(70.664)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo intangível		(855)	-
Aquisição de ativo imobilizado	13	(4.572)	(1.163)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(5.427)	(1.163)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio	19	-	(1.662)
Dividendo mínimo obrigatório		(1.445)	-
Aumento (redução) em mútuo com partes relacionadas	17	-	(5.003)
Empréstimos tomados	15	49.034	190.724
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(47.427)	(67.190)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		162	116.869
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(46.242)	45.042
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa			
		49.912	4.870
		3.670	49.912
Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		(46.242)	45.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., foi fundada em 27 de março de 2012 e adquirida pelo Grupo em 18 de novembro de 2016, possui sede na Via de Acesso João de Goes, nº 1400, galpão 5 e 6, Mezanino, Bairro Jardim Itaquiti, CEP 06.422-150, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o comércio atacadista e distribuição de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. A Companhia é integralmente controlada pela acionista NEOSPE Participações S.A.

2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC")., e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 5. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também o exercício de julgamento por parte da administração a Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração a Companhia em 30 de março de 2023. **2.3 Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia incluídas na combinação e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(a) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 11** - Imposto de renda e contribuição social diferidos (reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados);• **Nota 18 -** Contingências (avaliação sobre necessidade de constituição de provisões para contingências). **(b) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3** - *inputs,* para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

4. Mudança nas principais políticas contábeis: Para o exercício de 2022 não houve alterações de normas contábeis aplicáveis a Companhia.

5. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(c) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(d) Caixa e equivalentes a caixa:** Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, ou seja, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data destas demonstrações financeiras. **(e) Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota 8 - Contas a receber de clientes. **(f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização. O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas. Os estoques são avaliados periodicamente pela Companhia, criticando a necessidade de constituição de impairment considerando as premissas definidas em política interna. **(g) Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos eletrônicos	5 anos
Instalações comerciais	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado. **(h) Intangível:** ***(iv) Reconhecimento e mensuração:*** *Softwares:* Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. ***(v) Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. ***(vi) Amortização:*** Os *softwares* e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos. **(i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados. **(j) Instrumentos financeiros:** ***(i)*** **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com a categoria de mensuração a seguir: ***a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. ***(ii) Reconhecimento e desreconhecimento:*** Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. **(k) Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** ***(vii) Ativos financeiros não-derivativos:*** **Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Contas a receber; A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward–looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: – É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou – O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. – A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". – As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. • Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. ***Baixa:*** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. ***(viii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(l) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(m) Receita de vendas:** ***Venda de bens:*** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; todavia, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor. **(n) Receitas financeiras:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **(o) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e a contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(iii)*** **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Em relação ao ICPC 22, a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco. **(p) Partes relacionadas:** As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados. A natureza dessas transações e o registro contábil estão descritos na Nota 17. **(q) Arrendamentos:** A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

6. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2022 não tiveram impactos nas informações contábeis e intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 e após. A Companhia avaliou os impactos para a adoção destas normas em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26 / IAS 1) • Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26 / IAS 1) • Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23 / IAS 8).

7. Caixa e equivalentes de caixa: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Caixa e depósitos à vista	1.996	15.746
Aplicações financeiras - renda fixa (i)	1.674	34.166
	3.670	49.912

(i) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média à taxa de 102% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (105% do CDI em 2021). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

8. Contas a receber de clientes: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Contas a receber	165.721	80.892
Partes relacionadas (Nota explicativa n° 17)	–	29
(-) Provisão para perdas esperadas	(5.712)	(2.759)
	160.009	78.162

O aumento verificado no saldo de contas a receber decorre, principalmente, do aumento do volume de operações da Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, impulsionado pela elevada demanda de pneus em todos os segmentos de negócio da Companhia. As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

No País	2022	2021
A vencer	150.943	74.534
Vencidos até 30 dias	5.327	2.412
Vencidos de 31 a 90 dias	2.136	840
Vencidos de 91 a 180 dias	1.605	649
Vencidos de 181 a 360 dias	2.118	1.043
Acima de 360 dias	3.592	1.443
(-) Provisão para perdas esperadas	(5.712)	(2.759)
	160.009	78.162

As perdas estimadas sobre os títulos a vencer são constituídos com base na média histórica de perdas efetivas que ocorreram nos último doze meses do encerramento de cada demonstração financeira. Para os títulos vencidos, as perdas estimadas são constituídas com base no histórico de realização da carteira de clientes, e exceto para os casos em que temos a apresentação de garantia real de recebimento, todos os vencimentos acima de 180 dias são provisionados no resultado em contrapartida de perdas estimadas de crédito, sendo considerado em montante suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos. As movimentações estão apresentadas a seguir:

	2021	2021
Saldo em 1º de janeiro	(2.759)	(1.395)
Provisão constituída	(2.953)	(1.364)
Provisão revertida	–	–
Saldo em 31 de dezembro	(5.712)	(2.759)

9. Estoques: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Mercadoria para revenda	69.859	52.548
	69.859	52.548

O aumento do saldo de estoque decorre principalmente da abertura de novas filiais para atendimento a clientes em algumas regiões e do crescente aumento das operações. Para os estoques de pneus, são utilizados código DOT (*Department of Transportation*) como identificação da data de fabricação. Produtos com DOT superiores a um ano são monitorados e destinados a equipe comercial para elaboração de campanhas e ações de venda. A Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para estoques obsoletos.

10. Impostos a recuperar: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
ICMS	1.205	693
COFINS	442	794
PIS	98	197
IRPJ	646	-
Outros	–	18
	2.391	1.702

11. Impostos diferidos e correntes: (a) Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	18.543	15.150
Alíquota nominal 34%	(6.305)	(5.151)
Adições permanentes e temporárias		
(+) Juros sobre capital próprio	-	564
(-) Projetos Lei do Bem	3.566	-
(-) Outras adições/exclusões líquidas	(1.731)	(158)
	(4.470)	(4.745)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(4.470)	(4.745)
Alíquota efetiva	24%	31%

(b) Impostos diferidos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte composição:

	2022	30-12-21
Prejuízo fiscal e base negativa	–	4.606
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	–	1.566
Diferenças temporárias:		
Provisão para perdas em contas a receber	1.942	–
Provisão para contingências	12	–
Outras provisões	743	–
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias	2.697	–

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido está definida da seguinte forma:

	2022	2021
2022	–	1.566
2023	2.697	–
	2.697	3.258

12. Adiantamento a fornecedores: O saldo de adiantamento a fornecedores é relativo à compra de mercadorias para revenda e é composto pelos seguintes valores:

	3-12-22	2021
Fornecedores	164	815
	164	815

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/06/ITR1568737206042023.pdf

Hash:1680716402434a7a24da6d4445a48da7811ae6850c

ITR COMÉRCIO DE PNEUS E PEÇAS S.A.

13. Imobilizado:

	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Eletrônicos	Móveis e Utensílios	Outras Imobilizações	Obras em Andamento	Total
Taxa de depreciação	20%	10%	25%	20%	10%	20%		
Custo	101	35	380	98	51			665
Depreciação Acumulada	(8)	(35)	(69)	(68)	(26)			(206)
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**93**	**–**	**311**	**30**	**25**	**–**	**–**	**459**
Adições	56	49	2		39	882	135	1.163
Transferências				(30)	30			
Depreciação	(8)	(4)	(79)		(10)	(29)		(130)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**141**	**45**	**234**	**–**	**84**	**853**	**135**	**1.492**
Custo	157	84	382	44	96	882	135	1.780
Depreciação acumulada	(16)	(39)	(148)	(44)	(12)	(29)		(288)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**141**	**45**	**234**	**–**	**84**	**853**	**135**	**1.492**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**141**	**45**	**234**	**–**	**84**	**853**	**135**	**1.492**
Custo	157	84	382	44	96	882	135	1.780
Depreciação acumulada	(16)	(39)	(148)	(44)	(12)	(29)		(288)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**141**	**45**	**234**	**–**	**84**	**853**	**135**	**1.492**
Adições	3.248	25	–	2	149	649	499	4.572
Transferências	100						(100)	–
Depreciação	(58)	(9)	(78)	–	(39)	(115)	–	(299)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.431**	**61**	**156**	**2**	**194**	**1.387**	**534**	**5.765**
Custo	3.505	109	382	46	245	1.531	534	6.352
Depreciação acumulada	(74)	(48)	(226)	(44)	(51)	(144)	–	(587)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.431**	**61**	**156**	**2**	**194**	**1.387**	**534**	**5.765**

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos: De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou a existência de indicativos de impairment e, consequentemente, não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas. **14. Fornecedores:** O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Fornecedores	7.024	4.517
Partes relacionadas (Nota n° 17)	42.886	3.216
	49.910	7.733

Por conta do forte crescimento nas vendas, a Companhia elevou seu fluxo de compras de mercadorias nacionais e importadas. Com isto vem crescendo seu saldo junto aos fornecedores. **15. Empréstimos e financiamentos:** O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Juros	Vencimento	2022	2021
Capital de giro	12,7% a 19,2%	Out/2030	30.843	24.441
Capital de giro FGI	CDI + 5,1%	Nov/2025	10.958	3.238
Fundos de recebíveis	15,1%	Jun/2022	-	11.665
Debênture	CDI + 4,8%	Dez/2026	120.422	120.422
			162.223	159.766
Circulante			38.463	20.105
Não circulante			123.760	139.661

A taxa de juros informada representa a média ponderada das taxas dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. A Companhia possuía bens recebíveis dados como garantia, vinculados a operações de empréstimos e financiamentos de Capital de Giro no valor de R$ 144.576 (R$ 60.453 em 31.12.21). **Capital de giro e capital de giro FGI:** Operações de financiamento por meio de linha de crédito de capital de giro foram celebrados com Banco Sofisa S.A., Banco BOCOM BBM S.A., Banco Alfa S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., e Caixa Econômica Federal. As garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis, aval cruzado das empresas do Grupo Cantu Store e do acionista majoritário. **Debêntures:** A empresa ITR Comércio de Pneus e Peças S.A. em 21 de setembro de 2021, formalizou o "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real", e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., com a CP Comercial S.A., a CPX Distribuidora S.A., a N.E.O.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. e a N.H.A.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. como fiadores. Foram emitidas 120.000.000 debêntures no valor de R$ 120.000. O prazo é de 1.913 dias, com vencimento em 17 de dezembro de 2026. Em 30 de setembro de 2021 foi desembolsado do valor de R$ 54.000 e em 30 de novembro de 2021 o saldo de R$ 66.000. A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser assim demonstrada:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	159.766	35.911
Captação	49.034	190.724
Encargos financeiros	33.659	7.296
Amortização – principal	(47.427)	(67.190)
Amortização - juros e variações	(32.809)	(6.975)
Saldo no final do exercício	**162.223**	**159.766**

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2022	2021
2023	-	43.158
2024	45.830	34.967
2025	42.719	31.619
2026	31.239	29.917
2027 a 2030	3.972	–
	123.760	**139.661**

Cláusulas restritivas ("*Covenants*"): O Grupo Cantu Store, na demonstração financeira combinada, está sujeito a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (a) Índice de liquidez corrente maior ou igual a 1,10. (b) Índice dívida líquida / EBITDA, menor ou igual a 2,30. (c) Distribuição de dividendos aos acionistas limitada a 50% do lucro líquido. (d) Saldo de caixa e equivalente de caixa maior ou igual a R$ 20.000. (e) Índice EBITDA / resultado financeiro líquido maior que 2,00. (f) Redução do capital social em qualquer montante. (g) Alteração do controle societário, direta ou indiretamente: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu todos os indicadores financeiros exigidos nas cláusulas restritivas.

16. Instrumentos financeiras derivativos: A Companhia possui as seguintes operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022. As operações tem como propósito a proteção quanto a flutuação na taxa ("CDI") em contratos de empréstimos e financiamentos.

Operação	Tipo	Risco	Valor contratado
SWAP	Taxa	CDI	128.837
			128.837

A Companhia efetuou o registro contábil com base no valor justo em 31 de dezembro de 2022 pelo regime de competência. O valor acumulado líquido registrado está a seguir:

	Ajuste ao valor justo	Ganho (perda) efetivada	2022	2021
Programa				
Proteção da exposição de taxa				
Swap taxa fixa versus taxa flutuante de CDI	(2.184)	(1.072)	(3.256)	–
Efeito líquido no resultado	(2.184)	(1.072)	(3.256)	–

As operações com derivativos foram contratadas a partir de janeiro de 2022, e até 31 de dezembro de 2022 estão apresentando resultado negativo de R$ 3.256 conforme demonstrado na Nota 22.

17. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se a transações comerciais de compra e venda de mercadoria. Os saldos passivos com partes relacionadas incluem as operações de fornecimento de mercadorias.

Em 31 de dezembro de 2022	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Adiantamento a pagar	Vendas	Compras
Cantu Store S.A.			106			–
CP Comercial S.A.			4.790			2.940
CPX Distribuidora S.A.			37.990			343.763
	–	–	42.886	–	–	346.703

Em 31 de dezembro de 2021	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Adiantamento a pagar	Vendas	Compras
CP Comercial S.A.			3.216			213.452
CPX Distribuidora S.A.	29					
	29		3.216	–	–	213.452

Remuneração do pessoal chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui o quadro de diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2022	2021
Salários e pró-labore	508	239
Benefícios diretos e indiretos	128	116
Participação nos resultados	83	79
	719	434

18. Provisão para contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, para processos avaliados como sendo de risco provável, provisão é demonstrada como segue:

	2022	2021
Provisão para ações de natureza cível	35	35
	35	35
(-) Depósitos judiciais de natureza tributária	–	(1)
	–	(1)

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: Existem ainda processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda classificado como possível, no montante de R$ 6.754 (R$ 6.318 em 2021).

19. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 11.028.608 (onze milhões vinte e oito mil seiscentos e oito) ações sem valor nominal (11.028.608 em 2021). O valor do capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 13.676 (R$ 11.676 em 2021). Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, informamos que a Companhia tem como acionista majoritário NEOSPE Participações S.A. com 100% de participação do seu capital social. **(b) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído:** É constituída nos termos do § 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/76, quando a Diretoria considerar o dividendo obrigatório incompatível com a situação financeira. **(c) Dividendos:** No estatuto social da Companhia que compõem as demonstrações financeiras, está previsto o percentual de 10% do lucro do exercício é destinado a título de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. **(d) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social.

20. Receita operacional líquida: A receita líquida possui a seguinte composição:

	2022	2021
Vendas mercado interno (i)	643.657	401.502
Serviços prestados	224	155
Receita operacional bruta	643.881	401.657
Impostos sobre vendas	(3.161)	(1.362)
Devoluções e abatimentos	(10.130)	(8.319)
Deduções da receita	(13.291)	(9.681)
	630.590	391.976

(i) Dois fatores preponderantes influenciaram no aumento de aproximadamente 60% no faturamento da Companhia. 1) A inflação no setor automotivo provocada pela escassez de produtos no mercado, principalmente pneus de caminhão e 2) ampliação da área de atuação territorial devido a abertura de novas filiais nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste. Tivemos também a ampliação dos centros de distribuição localizados em Itajaí/SC, Serra/ES, Barueri/SP e Jaboatão dos Guararapes/PE, e também a ampliação e diversificação do portifólio de produtos onde a Companhia passou a comercializar pneus de moto, bicicleta, além de outras medidas de pneu para uso agrícola e industrial.

21. Custo das mercadorias vendidas, despesas de vendas e despesas administrativas e gerais:

	2022	2021
Custo das mercadorias revendidas	495.290	309.351
Material de uso e consumo	346	210
Despesas com pessoal e encargos	10.377	7.715
Serviços de terceiros	8.914	3.046
Despesas com aluguel	2.498	444
Viagens e estadias	1.660	468
Comissões sobre vendas	10.277	9.198
Depreciação e amortização	3.505	1.325
Provisão com perdas esperadas de clientes	2.953	1.364
Fretes e armazenagem	12.225	13.354
Despesas com publicidade	915	277
Despesas com informática	440	184
Despesas com serviços corporativos	17.454	14.748
Despesas com garantias	317	115
Outros custos e despesas	2.958	6.838
	570.129	368.637

***(iv)* Reconciliação dos custos e despesas por função:**

	2022	2021
Custo das vendas	495.290	309.351
Despesas com vendas	25.318	29.037
Despesas administrativas e gerais	49.521	30.249
	570.129	368.637

22. Receitas e despesas financeiras:

	2022	2021
Despesas financeiras		
Encargos de dívida bancária	(35.298)	(7.832)
Juros pagos a terceiros	(1.071)	(1.475)
IOF	(717)	-
Tarifas bancárias	(1.254)	(975)
Taxa de adm. Cartão crédito	(2.319)	(365)
Despesas com Swap	(3.256)	-
Juros sobre arrendamento	(1.239)	-
Outros	(239)	(58)
	(45.393)	(10.705)
Receitas financeiras		
Juros ativos	2.059	1.109
Descontos obtidos	101	12
Rendimento de aplicação financeira	157	-
Outros	30	107
	2.347	1.228
Variação cambial líquida		
Variação cambial passiva	(1)	(10)
Variação cambial ativa	2	9
	1	(1)
	(43.045)	(9.478)

23. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

	2022	2021
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	3.670	49.912
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	160.009	78.162
Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas	164	815
Outras contas a receber	3.760	942
	167.603	129.831
Passivos financeiros:		
Custo amortizado:		
Fornecedores e partes relacionadas	49.910	7.733
Arrendamentos a pagar	13.259	11.880
Empréstimos e Financiamentos	162.223	159.766
Adiantamento de clientes e partes relacionadas	754	324
Outras contas a pagar e mútuo	4.049	1.347
	230.195	181.050

Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia detinha caixa e equivalentes, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha. **Contas a receber e fornecedores:** Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações. **Mútuos com partes relacionadas:** São classificados como outros ativos financeiros e estão registrados pelo método do custo amortizado. O valor contábil se equivale ao valor justo. **Empréstimos e financiamentos:** São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas. **Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez e estrutura de capital; • Risco de mercado; • Risco cambial. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e País onde os clientes operam, uma vez que esses fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. **Risco de liquidez e estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumarizados:

	2022	2021
Total financiamentos e empréstimos (Nota 15)	162.223	159.766
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(3.670)	(49.912)
Dívida líquida	158.553	109.854
Patrimônio líquido	28.263	14.505
Capital total	186.816	124.359
Índice de alavancagem financeira	0,85	0,88

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia e dos demais insumos, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco cambial:** A Companhia está sujeito ao risco de moeda nas compras denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro. **Análise de sensibilidade:** As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como o Dólar. Contudo, a Companhia não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência de a exposição cambial não ser material. As despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como a Selic. Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço. **Operações com fornecedores no exterior:** A Companhia não possui saldos de operações em moeda estrangeira. **Operações com aplicações financeiras:**

	Saldo em 31/12/22	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC				
Impacto no resultado	1.674	209	287	172

	Saldo em 31/12/21	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC				
Impacto no resultado	34.166	4.185	3.949	2.371

(*) Considera aumento da Selic em 25%. (**) Considera redução da Selic em 25%. A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2022 foi 13,75% (em 31 de dezembro de 2021 9,25%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,50% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 12,25%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável). **Operações com financiamentos e empréstimos:**

	Saldo em 31/12/2022	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	162.223	20.278	27.886	16.725
Impacto no resultado				

	Saldo em 31/12/2021	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC				
Impacto no resultado	159.766	19.571	18.468	11.087

(*) Considera aumento da Selic em 25%. (**) Considera redução da Selic em 25%. A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2022 foi 13,75% (em 31 de dezembro de 2021 9,25%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,50% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 12,25%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

24. Arrendamentos: A Companhia aluga diversos armazéns comerciais para sua área de estocagem e expedição de mercadorias e escritório de apoio. Em geral os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 3 a 10 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém, os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um determinado período de tempo, em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas re-mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É re-mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é re-mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos: **Contratos por prazo de desconto:**

Prazos	Taxa % a.a.
5 anos	14,0%

Ativo de direito de uso: A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	13.814	3.243
Adição por novos contratos Custos diretos incorridos	3.506	11.608
Despesa de depreciação	(3.154)	(1.037)
Saldo em31 de dezembro	14.166	13.814

Passivos de arrendamento: As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	11.880	3.342
Juros provisionados	1.239	3.398
Juros pagos	(915)	(885)
Adição por novos contratos	4.275	8.088
Pagamentos	(3.220)	(2.063)
Ajuste por redução de pagamento -	-	-
Saldo em 31 de dezembro	13.259	11.880
Passivo circulante	2.845	1.986
Passivo não circulante	10.414	9.894

Divulgações adicionais; A Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2023	2024	2025	2026
Passivo de arrendamento				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	10.039	6.819	3.599	379
Fluxo com projeção de inflação	11.293	7.500	3.922	411
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	11.012	7.878	4.704	1.550
Fluxo com projeção de inflação	12.388	8.665	5.127	1.681
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	1.541	1.102	658	217
Fluxo com projeção de inflação	1.734	1.212	717	235
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	3.154	3.154	3.154	3.154
Fluxo com projeção de inflação	3.548	3.469	3.437	3.268
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%

25. Cobertura de seguros (não auditado): As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil de Administradores	20.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Incêndio, Queda raios, Explosão	90.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Danos elétricos	400
Edificações, Máquinas, Estoque	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado	900
Edificações, Máquinas, Estoque	Roubo, Furto	600
Estoque (por embarque/viagem)	Transporte Nacional de Carga	1.000
Estoque (por embarcação)	Transporte Internacional (marítimo)	USD 1.200
Estoque (por veículo/aeronave)	Transporte Internacional (terrestre/aéreo)	USD 500

26. Eventos subsequentes: Aumento de capital: Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 08 de fevereiro de 2023, o aumento do capital social no montante de R$ 35.000.O aumento de capital social será realizado mediante integralização em moeda corrente.

DIRETORIA

Ezequiel Bernardi - Diretor Presidente — Ramon Otto Schoeffel - Diretor de Logística

CONTADOR

Joel Goncalves de Deus, CRC SC-025519/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **ITR Comércio de Pneus e Peças S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da ITR Comércio de Pneus e Peças S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ITR Comércio de Pneus e Peças S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Reconhecimento da receita:** Conforme nota explicativa 5 (m) e 20, a Companhia reconhece receita de vendas quando o controle da mercadoria é transferido para os clientes e desde que não haja nenhuma obrigação de desempenho não satisfeita que possa afetar a aceitação da mercadoria. A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho requer análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional por parte da Administração, o que pode levar ao risco de reconhecimento inadequado do valor da receita e em momento incorreto. Em função da magnitude e da sensibilidade do reconhecimento da receita, esse assunto está sendo considerado como um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**: Como resposta a esse assunto, dentre outros, executamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: (i) Entendimento do processo de faturamento e do ambiente de controles para o reconhecimento de receitas com vendas e das respectivas contas a receber; (ii) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se as receitas provenientes dessas vendas foram reconhecidas no adequado exercício de competência, considerando o período de ocorrência das vendas; (iii) Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis de receitas com vendas, notas fiscais emitidas e a efetiva entrega da mercadoria, bem como verificamos a liquidação financeira da transação. Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidências de auditoria de que o reconhecimento de receitas de vendas atende o regime de competência, e que as divulgações estão consistentes com os dados e informações obtidas. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 31 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador
CRC 1SP236051/O-7

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 06/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/06/ITR1568737206042023.pdf
Hash:1680716402434a7a24da6d4445a48da7811ae6850c